



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
CEP 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

AO BANCO SANTANDER

Senhores,

A seguir, respostas aos questionamentos referentes ao Pregão Presencial nº 10/19:

RESPOSTAS DE ACORDO AOS ITENS FORMULADOS:

1. Está correto o entendimento que, durante o prazo do contrato, apenas a contratada será autorizada a manter/installar dependências bancárias de atendimento (PAB, PAE e agência) no interior de prédios pertencentes/de propriedade das Contratantes.

R. SIM.

2. Esta correto que durante o prazo do contrato apenas a contratada poderá realizar propaganda e venda de produtos bancários nos prédios pertencentes/de propriedade das contratantes?

R. não consta no presente edital essa orientação.

3. Pergunta-se: a) existe contrato vigente para atendimento do objeto ora licitado?; b) qual o termo final deste contrato?; c) pedimos disponibilizar cópia do instrumento contratual para consulta; d) caso não exista contrato vigente, pedimos informar o termo final da última contratação e disponibilizar cópia do instrumento para consulta.

R. Existe convênio com o Banco Santander vigente há vários anos e que encontra-se válido até a presente data.

4. Considerando a complexidade dos procedimentos para abertura de contas bancárias e necessidade de troca de informações entre as contratantes e a contratada pedimos informar se as entidades envolvidas no processo dispõem das informações abaixo, bem como se as mesmas serão disponibilizadas para a futura contratada de acordo com o procedimento operacional da instituição financeira. Pedimos, ainda, seja informado o prazo para compartilhamento: i) Nome completo ii) Número de CPF e RG; iii) Data de Nascimento; iv) Sexo; v) Nacionalidade; vi) Naturalidade; vii) Endereço residencial completo, inclusive CEP; viii) Telefone com DDD; ix) Código da Profissão; x) Renda mensal; xi) Nome completo da Mãe;

R. Todas as informações serão disponibilizadas em até 30 dias da data de assinatura do contrato.

5. Sobre os dados quantitativos extraídos da pirâmide salarial e demais passagens do edital, necessário obter provimento expresso e objetivo sobre fatores a eles correlatos. Pergunta-se: a) qual a quantidade de CPFs envolvida no presente processo?; b) qual a quantidade de matrículas envolvidas no presente processo?

R. Total de CPF: 362; total de matrículas 366

6. Considerando que o site do Tesouro Nacional disponibiliza um painel onde apresenta uma simulação da situação fiscal dos entes subnacionais a respeito de sua elegibilidade para obtenção de operação de crédito. Pergunta-se: este ente público possui seus dados e informações contábeis atualizados junto a Secretária do Tesouro Nacional (STN), com a respectiva atribuição de seu Rating? Caso não os tenha, qual é a providência que este ente público tomará para obtenção de seu rating atualizado?

R. Todos os dados e informações contábeis do Município de Orindiúva estão atualizados junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ 45.148.970/0001-77

Praça Maria Dias, 614 – Centro

CEP 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600

e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

7. Para viabilizar a Implantação da Folha de Pagamento é requerida a abertura das contas correntes dos CNPJ Pagadores da Folha Prefeitura, bem como a estruturação do acesso ao canal Internet Banking Pessoa Jurídica, pelo qual tráfegará/ tráfegarão o(s) arquivo(s) do(s) convênio(s) de Folha da Prefeitura. Desta forma, podemos considerar que na assinatura do contrato da licitação a Prefeitura se compromete a entregar a documentação requerida para abertura das contas em até 5 dias do contrato e na sequência da abertura formalizar a contratação do canal Internet Banking Pessoa Jurídica?

R. Todas as informações serão disponibilizadas em até 30 dias da data de assinatura do contrato.

8. Considerando que para viabilização do acesso do cliente e seus usuários máster(es) e /ou secundário(s) no Internet Banking de instituição financeira é responsabilidade das entidades abrangidas na licitação a realização do 1º cadastro (definição dos usuários Masteres, Secundários, geração, emissão e assinatura do termo pelos responsáveis com poderes) bem como envio do Termo ao Atendimento Empresarial, indagamos se está correto o entendimento de que em até 1 dia após abertura da conta, tal providência será realizada pelas entidades abrangidas na licitação, inclusive em relação a eventuais autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, se houver e estiverem abrangidas no processo?

R. Tanto as providências para implantação dos sistemas quanto à disponibilização dos dados poderão ocorrer em até 30 dias da assinatura do contrato.

9. A entidade licitante está ciente de que o atraso na abertura das contas e contratação do Internet Banking Pessoa Jurídica impacta o prazo de Implantação da Folha, é premissa para evolução e, portanto, casos os prazos não sejam cumpridos pela entidade pública pode haver impactos negativos na equação econômico financeira do contrato?

R. O Município esta ciente de que o atraso na abertura das contas e contratação do Internet Banking Pessoa Jurídica impacta o prazo de Implantação da Folha e, portanto, casos os prazos não sejam cumpridos pela entidade pública pode haver impactos negativos na equação econômico financeira do contrato.

10. Considerando termos da Circular 3522/2011 do CMN, verifica-se contradição de tal normativo as regras do edital no que concerne a exclusividade na operação para concessão de crédito consignado. Pergunta-se: está correto que a concessão de crédito consignado NÃO será realizada em caráter de exclusividade?

R. Conforme alteração realizada, a vencedora da presente licitação operará SEM caráter de exclusividade a concessão do crédito consignado firmados a partir desta licitação, ressalvado os contratos em vigência firmados antes desta licitação e mantidas com outras instituições financeiras.

11. Está correto que o pagamento da proposta vencedora deve ser realizado no prazo de cinco dias uteis contados da assinatura do contrato?

R. Na realidade o Banco pagará ao Município a importância total adjudicada à vista, em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do CONTRATO.

12. Sobre item 9.1.III.d do edital, considerando que o §5º do artigo 31 da lei de licitações determina que somente podem ser exigidos índices contábeis usualmente empregados para aferir a boa situação financeira da empresa e, em se tratando de instituição financeira, ser o índice de Basileia aquele usualmente empregado para tal finalidade, pergunta-se: está correto que as licitantes podem apresentar índice de Basileia em substituição aqueles índices arrolados no edital? Caso não admitida a hipótese anterior está correto que as licitantes podem realizar prova de capital/patrimônio nos moldes do §3º do artigo 31 da lei de licitações em substituição aos índices exigidos no edital?



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
CEP 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

R. Sim, além de ser aceito o índice de Basileia para fins de demonstração da boa situação financeira da empresa, também está correto que as licitantes podem realizar prova de capital/patrimônio nos moldes do §3º do art. 31 da Lei Federal 8.666/93.

13. O edital determina que todos os documentos apresentados para habilitação deverão constar o nome da instituição financeira e o número do CNPJ e o endereço respectivo. Ocorre que algumas certidões não apresentam tais informações, uma vez que a situação certificada não tem qualquer relação com essas informações solicitadas, como por exemplo, a Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal relativa aos tributos imobiliários. Os tributos imobiliários perseguem a “coisa” e não a pessoa (tributos reipersecutórios). Assim, pedimos ratificarem nosso entendimento de que desde que o documento apresentado seja relativo à instituição financeira ou ao imóvel onde está instalada sua sede tal documento esse documento será aceito e não será aplicada a penalidade de inabilitação prevista no edital.

R. Realmente, desde que o documento apresentado seja relativo à instituição financeira ou ao imóvel onde está instalada sua sede tal documento, este será aceito e não será aplicada a penalidade de inabilitação prevista no edital.

REPOSTAS COM RELAÇÃO AO CONSIGNADO

1. Esta operação faz parte do objeto licitado ou sua contratação seguirá regras e procedimentos de processo administrativo próprio e independente ao presente certame?

R. Faz parte do objeto licitado, sem exclusividade.

2. Qual a margem consignável?

R. 30% (trinta por cento) dos vencimentos fixos do servidor, excetuados os descontos obrigatórios.

3. Qual a legislação Municipal aplicável?

R. Não existe regulamentação municipal. Serão aplicadas a legislação estadual e federal.

4. Será celebrado convênio específico? A minuta deve ser fornecida pelo Banco ou pela Prefeitura? Caso seja adotada minuta da Prefeitura, pedimos disponibiliza-la para estudos.

R. Caso seja de interesse da Instituição vencedora, poderá ser assinado, no momento da assinatura do contrato, o convênio para concessão de empréstimos consignado em folha de pagamento através de minuta padrão da instituição bancária.

5. Em caso de desligamento/exoneração do servidor, está correto o entendimento de que a Prefeitura fará o repasse das verbas rescisórias a consignatária?

R. Não, apenas da parcela vincenda no mês da rescisão.

6. Em caso de perda de margem consignável do servidor, está correto o entendimento de que a Prefeitura fará o desconto parcial do valor consignado e repassará a consignatária?

R. Não.

7. Há tempo mínimo de vínculo empregatício para que o servidor tenha acesso ao crédito consignado? Em caso positivo, o prazo é negociável?



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA
CNPJ 45.148.970/0001-77
Praça Maria Dias, 614 – Centro
CEP 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600
e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

R. Sim, tempo mínimo de 06 meses de vínculo negociáveis.

8. A Prefeitura informará a data de admissão no site averbador ou no holerite dos servidores? Em caso positivo, pedimos informar em qual.

R. A data de admissão consta tanto no Holerite quanto na carta margem.

9. A Prefeitura efetuará o desconto das parcelas na provisão de férias dos servidores?

R. Não.

10. É possível que os servidores tenham mais de um contrato de crédito consignado, desde que não ultrapasse a margem estabelecida por Lei?

R. Sim.

11. Em caso de falecimento do servidor, está correto o entendimento de que a Prefeitura nos enviará a certidão de óbito?

R. Não, será informado no motivo do não desconto.

12. Pedimos encaminhar o estatuto dos Servidores da Prefeitura para análise.

R. Será encaminhado no e-mail deste Requerente.

13. Está correto o entendimento de que cada autarquia formalizará convênio de consignado apartado ao da Prefeitura?

R. Atualmente não possuímos nenhuma autarquia, e caso venha a ser instituída o entendimento esta correto.

14. Quando os assuntos tratados se referirem ao crédito consignado, pedimos informar quem é o responsável da Prefeitura pela intermediação com o Banco, contendo o nome, e-mail e telefone para contato.

R. Responsável: Roberta Nakano, Analista de Gestão Pública, no e-mail roberta@orindiuva.sp.gov.br, Telefone 17 3816-9600.

15. Opera com site averbador? Se sim, qual o site? Quais os custos envolvendo Adesão e Manutenção do site?

R. Não, é realizado por meio do portal de consignado da instituição.

16. Como é o processo de averbação dos contratos na folha de pagamento?

R. Atualmente o lançamento inicial dos empréstimos consignados é feito manualmente no sistema de folha de pagamento que, de forma automática, processa e realiza os descontos mensais.

17. Se eletrônico, qual a empresa gestora do sistema?

R. Sistema de folha de pagamento – Empresa FIORILLI.

18. Quais Bancos operam atualmente na concessão de crédito consignado e suas respectivas margens consignadas?



MUNICÍPIO DE ORINDIÚVA

CNPJ 45.148.970/0001-77

Praça Maria Dias, 614 – Centro

CEP 15480-000 – Fone: (17) 3816-9600

e-mail: prefeitura@orindiuva.sp.gov.br

R. Atualmente Santander e Caixa Econômica Federal, sendo a margem consignável única.

19. Há restrição quanto a concessão de crédito consignado por canais eletrônicos/digitais?

R. Com exceção do clique único, aprovado mediante senha, é vedado concessão por canais digitais.

20. Repasses estão em dia?

R. Sim.

21. Qual prazo máximo das operações de consignado? Consta em legislação?

R. Atualmente de 84 meses, mas não há regulamentação do consignado. São seguidas as regras estipuladas nos convênios de cada instituição.

22. Vê-se que o edital prevê a concessão do crédito consignado em caráter de exclusividade, o que vai de encontro com o previsto na circular Bacen 3522/11. Deste modo, está correto que a concessão do crédito consignado aos servidores da Prefeitura respeitará a não exclusividade?

R. O edital prevê expressamente que a instituição vencedora terá exclusividade na concessão dos novos empréstimos consignado celebrados a partir da assinatura do contrato desta licitação.

Atenciosamente,

Setor de Licitações – Município de Orindiúva